



RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2017



RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2017

Em cumprimento do disposto nos Artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais apresentamos, com referência ao exercício de dois mil e dezassete, o Relatório de Gestão da sociedade **"EUPAGO - Instituição de Pagamento, Lda."**, adiante designada por **Eupago**, contribuinte n.º 513 212 744, com sede na Rua do Paraíso, nº 258, União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória., 4000-376, na cidade do Porto

1. Mensagem da Gerência

O ano de 2017 foi marcado pela política de continuidade que a Eupago tem vindo a assumir no exercício das suas funções, enquanto prestador de um serviço cada vez mais presente no dia-a-dia dos portugueses. Na perspetiva da Gerência, foi um ano que encerrou com um balanço positivo, quer pelo desempenho global e pelos resultados registados, quer pelos projetos e marcos alcançados.

Desde logo, na vertente financeira, o ano de 2017 encerra com o melhor resultado líquido de sempre.

Para este resultado muito contribuíram dois aspectos de naturezas distintas: um fator externo de maior procura e aumento do volume de vendas, motivado pela dinâmica crescente que este sector tem vindo a demonstrar, e um fator de eficiência interna da empresa.

No domínio dos nossos investimentos, o foco foi na melhoria da qualidade da infraestrutura, de forma a possibilitar o aumento do volume de negócios, garantindo sempre um nível de elevada qualidade no serviço prestado aos nossos clientes.

No âmbito da nossa afirmação no sector, somos constituídos por uma equipa jovem, dinâmica e motivada, de perfil tecnológico, o que nos permite estar na vanguarda da evolução tecnológica.

É com este balanço favorável que gostaríamos de dirigir os seguintes agradecimentos:

Em primeiro lugar, aos nossos clientes, por constituírem a motivação para diariamente fazermos mais e melhor.



Em segundo, a todos os nossos parceiros, nomeadamente aos bancos, fornecedores e consultores, que nos permitem continuar a crescer.

Um natural destaque para o apoio, profissionalismo e rigor do nosso Técnico de Contas e do Revisor de Contas.

Por último, aos nossos colaboradores, cuja dedicação e resiliência constituem o segredo dos nossos resultados, e a base da superação dos obstáculos do dia-a-dia.

2. Actividade da Empresa

No ano de 2017 foi feita uma forte aposta na consolidação da base de clientes e no aumento da notoriedade da marca.

A introdução de novos serviços e meios de pagamento consubstanciou-se no forte incremento do volume de negócios.

3. Apreciação do Exercício 2017

Durante o ano de 2017, a implementação de novos serviços, o alargamento da base de clientes e o crescimento do mercado online foram o motor da evolução do negócio da Empresa. As demonstrações financeiras ora apresentadas evidenciam-no, bem como o resultado líquido atingido.

4. Situação Económica e Financeira

A exemplo do ano transacto, devemos salientar o montante inscrito em disponibilidades em instituições de crédito, que registou um aumento aproximado de 644.000,00€.

No que se refere ao passivo, temos a registar o valor dos recursos de clientes que evidenciam o incremento da actividade verificado no exercício, tendo apresentado um aumento de cerca de 574.000,00€.

De salientar o aumento do capital social, de 90.000,00€ para 125.000,00€, realizados por entradas em dinheiro.

5. Investimentos

No exercício de 2017, a Empresa realizou um conjunto de investimentos em activos tangíveis e intangíveis que permitiram robustecer a sua infraestrutura, de modo a garantir um serviço de elevada qualidade aos seus clientes.

6. Evolução Previsível

Para o ano de 2018 prevemos a continuação de um crescimento sustentado e a abertura de novas frentes de negócio, permitindo a consolidação da actividade. Para permitir a oferta de novos serviços foi alterado o objeto social, por deliberação tomada pelos sócios a 28 de Dezembro de 2017, rectificada na assembleia geral realizada em 28 de Fevereiro de 2018, tendo este passado, também, a permitir a execução das operações previstas nas alíneas c), e) e f) do artigo 4º do Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moeda Eletrónica, para além da já existente alínea g).

O alargamento da base de clientes, bem como a diversidade dos sectores em que operam, permitirá aumentar a independência da empresa face a flutuações da economia.

7. Proposta de aplicação de resultados

Relativamente à aplicação de resultados, que são positivos no montante de 254.269,65€, propõe-se a sua afectação da forma seguinte:

- Resultados transitados: o montante de 13.510,69€;
- Reservas Legais: o montante de 12.713,48€;
- Reservas Livres: o montante de 150.000,00€;
- Distribuição de lucros aos sócios: o montante de 78.045,48€.

8. Dívidas ao Estado

A empresa não tem em mora qualquer dívida à administração fiscal nem à segurança social.

9. Acontecimentos supervenientes

Como acontecimento superveniente à data a que as contas se reportam, importa referir que o processo de contraordenação, instaurado pelo Banco de Portugal devido ao não envio tempestivo do relatório específico sobre o sistema de controlo interno para a prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, reportado ao período compreendido entre 1 de Junho de 2015 e 31 de Maio de 2016, que se encontrava em fase de defesa, foi concluído pelo Banco de Portugal em Janeiro de 2018, tendo sido recebida a comunicação com o teor da decisão, que consistiu numa admoestação.

10. Outras referências

A sociedade não tem sucursais.

Durante o exercício de 2017 a sociedade não adquiriu nem alienou quotas próprias.

Porto, 23 de Março de 2018

A Gerência,

José Leandro Amaro da Veiga



Telmo Pacheco dos Santos



Balanço em base individual (NIC) em 31-12-2017

Valores em Euros

	Notas	31/12/2017			31/12/2016
		Activo antes de provisões, imparidades e amortizações	Provisões, imparidades e amortizações	Activo líquido	Activo líquido
ACTIVO					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	850.721,21	0,00	850.721,21	206.655,79
Outros activos tangíveis	5	8.359,09	3.807,22	4.551,87	0,00
Activos intangíveis	6	19.482,60	7.493,30	11.989,30	13.784,62
Activos por impostos correntes	7	0,00	0,00	0,00	1.164,06
Outros activos	8	304.686,66	0,00	304.686,66	6.849,78
Total de Activo		1.183.249,56	11.300,52	1.171.949,04	228.454,25

	Notas	ANO DE 2017	ANO DE 2016
Passivo e capital próprio			
PASSIVO			
Recursos de clientes e outros empréstimos	9	714.363,63	139.776,23
Passivos por impostos correntes	10	60.340,29	387,16
Outros passivos	11	31.486,16	11.801,55
Total de Passivo		806.190,08	151.964,94
CAPITAL			
Capital	12	125.000,00	90.000,00
Outras reservas e resultados transitados	13	-13.510,69	-18.790,99
Resultado do exercício	13	254.269,65	5.280,30
Total de Capital		365.758,96	76.489,31
Total de Passivo+Capital		1.171.949,04	228.454,25

O Contabilista Certificado



A Gerência

euPago, Instituição de Pagamento Lda

NIF: 513 212 744
Rua do Paraíso, 258
4000-376 Porto - Portugal



Demonstração de resultados em base individual (NIC)

Período findo em 31-12-2017

Valores em Euros

	Notas	Serviços de pagamentos	
		2017	2016
Juros e rendimentos similares	14	395,47	427,87
Juros e encargos similares		234,51	0,00
Margem financeira		160,96	427,87
Rendimentos de serviços e comissões	14	975.138,40	164.242,97
Encargos com serviços e comissões	15	483.449,16	79.113,01
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor	16	944,95	
Outros resultados de exploração	17	2335,45	(952,10)
Produto bancário		495.130,60	84.605,73
Custos com pessoal	18	115.510,36	53.590,52
Gastos gerais administrativos	19	55.171,07	23.348,09
Amortização do exercício	5 e 6	7.921,53	1.999,66
Resultado antes de impostos		316.527,64	5.667,46
Impostos Correntes	20	62.257,99	387,16
Resultado líquido do exercício		254.269,65	5.280,30

O Contabilista Certificado



A Gerência



euPago, Instituição de Pagamento Lda
 NIF: 513 212 744
 Rua do Paraíso, 258
 4000-376 Porto Portugal



Entidade: EUPAGO - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, LDA.

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2017

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		ANO 2017	ANO 2016
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</u>			
Recebimentos de clientes		970.459,94	163.011,76
Pagamentos a fornecedores		677.354,79	112.463,49
Pagamentos ao pessoal		96.699,16	50.982,60
Caixa gerada pelas operações		196.405,99	-434,33
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-1.140,92	-1.053,26
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		684.425,71	140.351,66
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		879.690,78	138.864,07
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos Fixos Tangíveis		6.611,48	403,00
Activos Intangíveis		4.066,60	14.166,00
Investimentos Financeiros		224.986,50	291,70
Outros activos		35.000,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		413,96	656,25
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-270.250,62	-14.204,45
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,50	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		35.000,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		375,24	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		34.625,26	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		644.065,42	124.659,62
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	206.655,79	81.996,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	850.721,21	206.655,79

euPago, Instituição de
Pagamento Lda

NIF: 513 212 744

Rua do Paraíso, 288

1000-079 Porto - Portugal



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2016

DESCRIÇÃO	Notas	Capital realizado	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Total do capital próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	90.000,00	-18.790,99	0,00	71.209,01	71.209,01
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			0,00	0,00	0,00	0,00
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3			5.280,30	5.280,30	5.280,30
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3			5.280,30	5.280,30	5.280,30
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO					0,00	
Realizações de capital	5		0,00	0,00	0,00	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	6=1+2+3+5	90.000,00	-18.790,99	5.280,30	76.489,31	76.489,31

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2017

DESCRIÇÃO	Notas	Capital realizado	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Total do capital próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	90.000,00	-13.510,69		76.489,31	76.489,31
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			0,00	0,00	0,00	0,00
	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8			254.269,65	254.269,65	254.269,65
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8			254.269,65	254.269,65	254.269,65
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Realizações de capital	10	35.000,00			35.000,00	35.000,00
		35.000,00			35.000,00	35.000,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	6+7+8+10	125.000,00	-13.510,69	254.269,65	365.758,96	365.758,96

Porto, 23 de Março de 2018

Contabilista Certificado


A Gerência



euPago, Instituição de Pagamento Lda

NIF: 513 212 744
 Rua do Paraíso, 258
 4000-376 Porto - Portugal





ANEXO RELATIVO AO ANO DE 2017

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade

EUPAGO – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, LDA.

Sede

RUA DO PARAÍSO, Nº 258
4000 – 376 PORTO

NIPC

513212744

Natureza da actividade

O objeto da sociedade tem sido, desde a sua constituição, a prestação de serviços de pagamento para prossecução das seguintes actividades:

- a) Execução das operações de pagamento previstas no artigo 4º, alínea g) do Decreto-Lei nº 317/2009, de 30 de Outubro: execução de operações de pagamento em que o consentimento do ordenante para a execução da operação de pagamento é comunicado através de quaisquer dispositivos de telecomunicações, digitais ou informáticos e o pagamento é efectuado ao operador da rede ou dos sistemas de telecomunicações ou informático, agindo exclusivamente como intermediário entre o utilizador do serviço de pagamento e o fornecedor dos bens e serviços;
- b) Prestação de serviços operacionais e auxiliares estreitamente conexos com os serviços de pagamento que constituem o seu objecto social, designadamente disponibilização de sistemas de informação de pagamentos, serviços de guarda, armazenamento e tratamento de dados.

Por deliberação tomada pelos sócios a 28 de Dezembro de 2017, rectificadora na assembleia geral realizada em 28 de Fevereiro de 2018, o seu objeto social passou também a permitir a execução das operações previstas nas alíneas c), e) e f) do artigo 4º do Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moeda Eletrónica, para além da já existente alínea g).

As Demonstrações Financeiras só abrangem a entidade individual e reportam-se a 31/12/2017. A moeda apresentada é o Euro.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Até 31 de Dezembro de 2016, as demonstrações financeiras em base individual da Eupago foram preparadas e apresentadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como imposto pelo Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal.

Com a publicação do Aviso n.º 5/2015 do Banco de Portugal, as entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal passaram a estar obrigadas a elaborar as suas demonstrações financeiras em base individual de acordo com as NIC, tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia.

As NIC incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)* e pelos respetivos órgãos antecessores.

Apesar de o Aviso n.º 5/2015 ter produzido efeitos a partir do dia 1 de Janeiro de 2016, as Instituições de Pagamento beneficiaram, durante o ano de 2016, do regime transitório previsto no artigo 3º do referido Aviso, pelo que nestas entidades a adoção das NIC apenas ocorreu no dia 1 de Janeiro de 2017.

As demonstrações financeiras da Eupago foram preparadas de acordo com as NIC e de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor.

De notar que a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NIC requer que a Eupago efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impacto sobre as atuais estimativas e julgamentos.

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Os montantes incluídos na rubrica “Disponibilidades em outras instituições de crédito” correspondem aos valores em depósitos à ordem e depósitos a prazo, sendo duas das contas de depósitos à ordem existentes no BCP e no Santander Totta usadas exclusivamente para as transacções relacionadas com a actividade de serviços de pagamento.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis e intangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das correspondentes depreciações/amortizações e imparidades acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, numa base duodecimal, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, as quais se situam nos intervalos definidos no Decreto - Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro, o qual estabelece as taxas de depreciação/amortização aceites para efeitos fiscais.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

OUTROS ACTIVOS

Os outros activos compreendem:

- Contas a receber, que são mensuradas ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade. No final de cada período de relato são analisadas as contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade;

- Investimentos financeiros, que são mensurados ao justo valor através de resultados, são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros, essencialmente recursos de clientes, são inicialmente valorizados ao justo valor, que corresponde à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção e são posteriormente valorizados ao custo amortizado.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O gasto relativo a Imposto sobre o rendimento do período representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respectivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

PERIODIZAÇÕES

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos.

4 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

As disponibilidades em instituições de crédito em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Depósitos à ordem	770.721,21	141.655,79
Depósitos a prazo	80.000,00	65.000,00
Total de depósitos bancários	850.721,21	206.655,79

5 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS:

Os movimentos ocorridos no activo fixo tangível nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 foram os seguintes:

Descrição	31-12-2016	Adições	31-12-2017
Activos tangíveis			
Edif. Outras construções	0,0	3.612,94	3.612,94
Equip. administrativo	1.747,61	2.896,10	4.643,71
Outros ativos fixos tangíveis	0,0	102,44	102,44
Activo tangível bruto	1.747,61	6.611,48	8.359,09
Depreciações do período	1.747,61	2.059,61	3.807,22
Depreciação acumulada	1.747,61	2.059,61	3.807,22
Activo tangível líquido	0,0	4.511,87	4.551,87

Descrição	31-12-2015	Adições	31-12-2016
Activos tangíveis			
Equip. administrativo	1.344,61	403,00	1.747,61
Activo tangível bruto	1.344,61	403,00	1.747,61
Depreciações do período	1.344,61	403,00	1.747,61
Perdas por imparidade			
Depreciação acumulada	1.344,61	403,00	1.747,61
Activo tangível líquido	0,0	0,0	0,0

6 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nos activos intangíveis nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 foram os seguintes:

Descrição	31-12-2016	Adições	31-12-2017
Activos Intangíveis			
Projectos desenvolvimento	15.416,00	0,0	15.416,00
Programas de computador	0,0	4.066,60	4.066,60
Activo Intangível Bruto	15.416,00	4.066,60	19.482,60
Amortizações do período	1.631,38	5.861,92	7.493,30
Perdas por imparidade			
Amortizações acumuladas	1.631,38	5.861,92	7.493,30
Activo Intangível Líquido	13.784,62	(1.795,32)	11.989,30

Descrição	31-12-2015	Adições	31-12-2016
Activos Intangíveis			
Projectos desenvolvimento	1.250,00	14.166,00	15.416,00
Activo Intangível Bruto	1.250,00	14.166,00	15.416,00
Amortizações do período	34,72	1.596,66	1.631,38
Perdas por imparidade			
Amortizações acumuladas	34,72	1.596,66	1.631,38
Activo Intangível Líquido	1.215,28	12.569,34	13.784,62

7 – ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Os activos por impostos correntes em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 eram os seguintes:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
IRC pagamento especial		1.000,00
Retenções IRC sobre capitais		164,06
Total		1.164,06

8 – OUTROS ACTIVOS

Em 31 Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros activos” apresentava a seguinte decomposição:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
Clientes	9.828,94	5.150,48
Adiantamentos a fornecedores	228,77	0,0
IVA a recuperar	31.887,70	111,47
Sócios	35.000,00	0,0
Devedores por acréscimos de rendimentos	225,26	243,75
Devedores diversos	51,39	262,76
Gastos a reconhecer	1.104,37	652,54
Fundo de Compensação do Trabalho	915,28	428,78
Fundos de investimento	225.444,95	0,0
Outros activos	304.686,66	6.849,78

9 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

O saldo de “Recursos de clientes e outros empréstimos” é relativo a montantes recebidos, nas contas de depósitos à ordem específicas para as operações associadas aos serviços de pagamento, de clientes de entidades clientes da EUPAGO, que são transferidos diariamente para as entidades respectivas.

10 – PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Os passivos por impostos correntes em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 eram os seguintes:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
Estado e outros entes públicos		
IRC- imposto a pagar	60.340,29	387,16
Passivos por impostos correntes	60.340,29	387,16

11 – OUTROS PASSIVOS

Em 31 Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros passivos” apresentava a seguinte decomposição:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
Fornecedores	1.131,97	817,52
Pessoal	6.774,50	825,92
Estado		
IRS – Trabalho Dependente	1.106,00	304,00
IRS – Trabalho Independente	160,04	
IRS – Prediais	190,00	
IVA	419,35	2.135,53
Segurança Social	4.586,71	1.910,81
Outras tributações	48,83	31,30
Financiamentos obtidos	0,50	0,00
Credores por acréscimos de gastos	15.667,22	5.776,47
Rendimentos a reconhecer	1.375,54	0,0
Outros	25,50	0,00
Outros passivos	31.486,16	11.801,55

12 – INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO EMITIDOS

Forma como se realizou o capital social e seus aumentos ou reduções, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016:

Instrumentos de capital social emitidos	31-12-2017	31-12-2016
Saldo inicial	90.000,00	90.000,00
Entradas em numerário (aumento capital)	35.000,00	0,00
Saldo final	125.000,00	90.000,00

13 – RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 Dezembro de 2017 e 2016 as reservas e resultados, transitados e do exercício, eram os seguintes:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
Reservas	0,00	0,00
Resultados Transitados	-13.510,69	-18.790,99
Resultado do Exercício	254.269,65	5.280,30

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 10 de Abril de 2017, o resultado líquido de 2016 foi transferido para resultados transitados.

14 – RÉDITO

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante os períodos de 2017 e 2016:

Rubricas	2017	2016
Prestação de serviços		
Rendimentos de serviços e comissões	975.138,40	164.242,97
Juros, dividendos e outros rendimentos similares		
Juros e rendimentos similares	395,47	427,87
Total	975.533,87	164.670,84

15 – ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Os encargos suportados com serviços e comissões, em 2017 e 2016, foram:

Rubricas	2017	2016
Encargos com Serviços e Comissões	483.449,16	79.113,01

16 – RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR

Os ganhos e as perdas de justo valor em 2017 e 2016 foram os seguintes:

Rubricas	2017	2016
Ganhos por aumentos de justo valor		
Em investimentos financeiros	1.586,86	0,0
Sub. Total	1.586,86	0,0
Perdas por reduções de justo valor		
Em investimentos financeiros	641,91	0,0
Sub. Total	641,91	0,0
Total	944,95	0,0

17 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Os outros resultados de exploração verificados em 2017 e 2016 foram os seguintes:

Rubricas	2017	2016
Rendimentos		
Subsídios à exploração	2.947,19	0,0
Descontos pronto pagamento obtido	0,09	0,0
Correções relativas períodos anteriores	0,99	0,0
Sub. Total	2.948,27	0,0
Gastos		
Impostos	170,97	92,00
Descontos de pronto pagamento	0,0	0,70
Correcções de exerc. anteriores	121,00	679,40
Quotizações	180,00	180,00
Insuficiência estimativa p/impostos	0,12	0,0
Outros gastos e perdas financiamento	140,73	0,0
Sub.Total	612,82	952,10
Total	2.335,45	952,10

18 – CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com o pessoal foram os seguintes:

Custos com o pessoal	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais	8.405,90	
Remunerações do pessoal	84.565,25	43.535,76
Encargos sobre remunerações	18.730,59	9.374,33
Seguro de acidentes no trabalho e outros	1.635,14	680,43
Gastos de ação social	645,00	0,0
Outros gastos com o pessoal	1.528,48	0,0
Total	115.510,36	53.590,52

19 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Os gastos gerais administrativos suportados em 2017 e 2016 foram os seguintes:

Rubricas	2017	2016
Trabalhos especializados	17.816,72	11.007,20
Publicidade e propaganda	23.219,15	9.335,66
Honorários	1.021,89	0,0
Ferramentas e utensílios	629,23	138,60
Material de escritório	1.328,21	129,00
Energia e fluidos	64,50	0,0
Deslocações e estadas	5.897,43	1.357,39
Rendas e alugueres	3.180,00	0,0
Comunicação	1.507,42	801,73
Contencioso e notariado	356,25	578,51
Outros serviços	150,27	0,0
Total	55.171,07	23.348,09

20 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto a 31 de Dezembro de 2017 e 2016 pode ser demonstrada como segue:

Descrição	2017	2016
Resultado antes de impostos	316.527,64	5.667,46
Acréscimos/Deduções	(14.545,91)	679,40
Lucro tributável	301.981,73	6.346,86
Reporte de prejuízos	(24.362,13)	(4.442,80)
Matéria colectável	277.619,60	1.904,06
Taxa de imposto	20,78%	17,00%
Colecta	57.700,12	323,69
Derrama	4.529,73	63,47
Tributações autónomas	28,14	0,0
Imposto sobre o rendimento	62.257,99	387,16
Taxa efectiva de imposto	19,67%	6,83%

21 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de Novembro, a Gerência informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo, a Gerência informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada.

22- ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Como acontecimento superveniente à data a que as contas se reportam, importa referir que o processo de contraordenação, instaurado pelo Banco de Portugal devido ao não envio tempestivo do relatório específico sobre o sistema de controlo interno para a prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, reportado ao período compreendido entre 1 de Junho de 2015 e 31 de Maio de 2016, que se encontrava em fase de defesa, foi concluído pelo Banco de Portugal em Janeiro de 2018, tendo sido recebida a comunicação com o teor da decisão, que consistiu numa admoestação.

Após a data do Balanço, e para além do acima referido, não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos evidenciados nas demonstrações financeiras do período.

Porto, 23 de Março de 2018

O Contabilista Certificado



A Gerência



euPago, Instituição de
Pagamento Lda

NIF: 503 212 744
Rua do Passado, 255
4000-376 Porto - Portugal



euPAGO
Instituição de
Pagamento Lda

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **EUPAGO – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, LDA.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 1.171.949 euros e um total de capital próprio de 365.759 euros, incluindo um resultado líquido de 254.270 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo, que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de EUPAGO – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, LDA. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, tal como adotadas pela União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade tal como adotadas pela União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.





A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 27 de março de 2018

PAULA SARAIVA & MANUEL PEREIRA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas


Ana Paula Monteiro Barbeitos Saraiva e Silva (ROC n.º 678)
em representação de Paula Saraiva & Manuel Pereira, SROC (n.º 79)